

Oitavo Aniversário da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Décimo Sétimo Aniversário do “Grupo Lusófona”

Prof. Dr. Manuel Almeida Damásio
Administrador da ULHT e Presidente do Conselho
de Administração do “Grupo Lusófona”

Este ano, as celebrações do “Dia da Universidade Lusófona” coincidem com o oitavo aniversário da Universidade e com o décimo sétimo ano do início das actividades dos estabelecimentos do “Grupo Lusófona”.

Com efeito, foi decidido pelos órgãos competentes, logo após a publicação do Decreto-Lei nº 92/98 de 14 de Abril, que o “Dia da Universidade Lusófona” seria uma festa móvel, relacionada com o fim do segundo período do ano lectivo, sempre no sábado da última semana de aulas, antes das férias da Páscoa.

Coincidentemente, completar-se-ão em Setembro próximo dezassete anos sobre a publicação das Portarias nº 808/89 de 12 de Setembro e 800/89 de 11 de Setembro, instrumentos fundacionais do “Grupo Lusófona”, mercê da autorização do início de actividade, respectivamente, dos Institutos Superiores de Matemática e Gestão (ISMAG), hoje já inexistente e que deu lugar à Universidade Lusófona, nos termos do Decreto-Lei acima citado, e de Humanidades e Tecnologias (ISHT), ainda em funcionamento, mas em processo de fusão com o Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade (IESC), estando requerida ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, desde 31 de Maio de 2005, a cessação da actividade de ambos para darem lugar ao Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD), que será de natureza politécnica.

Para além dos estabelecimentos de ensino referidos, o “Grupo Lusófona” engloba actualmente os seguintes estabelecimentos de ensino superior:

a) Em Portugal

Escola Superior de Educação Almeida Garrett (Lisboa)
Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches (Lisboa)
Instituto Superior D. Dinis (Marinha Grande)
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (Portimão)
Instituto Superior Politécnico do Oeste (Torres Vedras)
Universidade Lusófona do Porto

b) Em Moçambique

ISPU, Instituto Superior Politécnico e Universitário (Maputo)
ISPU, Instituto Superior Politécnico e Universitário (Quelimane)

c) Na Guiné-Bissau

UAC, Universidade Amílcar Cabral (Bissau, e em breve também em Gabu)

d) No Brasil

Faculdade Paraíso (São Gonçalo, Rio de Janeiro)

e) Em Cabo Verde

Universidade Lusófona de Cabo Verde (Mindelo, estando prevista também na Praia)

Em Angola e em São Tomé e Príncipe estão em apreciação, pelos respectivos Governos, projectos de autorização de estabelecimentos de ensino superior do “Grupo Lusófona”.

Globalmente, sem referência a cada um dos estabelecimentos, para não ser fastidioso, podemos orgulhar-nos de ter criado, em Portugal, ao longo destes dezassete anos, trezentos e dois novos postos de trabalho para não docentes e mil duzentos e dois postos de trabalho para professores. Se há seis anos, conforme requeremos, tivéssemos obtido autorização dos cursos de medicina, de medicina dentária, de fisioterapia, para não mencionar alguns outros, certamente que o número de postos de trabalho criados seria muito superior, com vantagens incalculáveis e sem prejuízos fosse para quem fosse.

Durante o mesmo período, cerca de cinco mil alunos obtiveram o diploma de bacharelato e mais de quinze mil o de licenciatura. Ou seja, ao longo destes dezassete anos, dos setecentos mil portugueses possuidores de um diploma de ensino superior, três por cento obtiveram-no nos estabelecimentos de ensino do “Grupo Lusófona”.

A propósito dos obstáculos à nossa actividade, não posso calar os protestos, as angústias e as desilusões de tantos candidatos, pais, encarregados de educação, docentes e outros agentes educativos, relativamente ao que vimos designando por escandaloso atropelo ao ensino das ciências da saúde, em particular ao curso de licenciatura em medicina. Permito-me, dada a magna importância deste assunto, transcrever algumas passagens de uma carta que enviei a Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, em Fevereiro último:

“Perante as crescentes perplexidades e angústias resultantes da impossibilidade de ingresso de muitas centenas de candidatos nos cursos de Medicina – e que abandonam o País para os frequentar em Universidades estrangeiras –, permito-me apresentar a Vossa Excelência uma breve sugestão.

Antes, porém, não posso deixar de manifestar o meu sincero aplauso às corajosas medidas que vêm sendo tomadas...” para “...enfrentar os privilégios de pequenas minorias...”

A autorização de novos cursos de Medicina para satisfazer a sua procura, pode parecer de somenos importância; creio bem, no entanto, que é um exemplo chocante do poder incrível das referidas minorias e que tão gravemente atentam contra o Bem Comum em áreas tão sensíveis como a Saúde e a Educação.

A opinião pública tem sido manipulada com a difusão de notícias enganadoras e, até, com afirmações oriundas de entidades respeitáveis mas que deixam de o ser quando afirmam, por exemplo, “que se houver mais

alunos de Medicina em Portugal a qualidade profissional dos médicos diminuirá”(!)

Até agora o poder político tem sido paralisado por tais campanhas e por incapacidade dos Ministérios da Tutela para ultrapassarem a poderosa teia burocrática que faz arrastar os processos por longos anos, mercê de pareceres e contra- pareceres, comissões e mais comissões que aparentemente só visam uma finalidade: inviabilizar a autorização de cursos de Medicina nas Universidades privadas, custe o que custar, mesmo que o escândalo já ultrapasse fronteiras e comece a fazer-nos corar de vergonha quando do assunto se fala em reuniões lusófonas ou internacionais”.

Respondeu-me o Senhor Primeiro-Ministro dizendo que “foi decidido encaminhar o assunto para apreciação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministério da Saúde”, e mais acrescentando “aos quais foi solicitada informação a transmitir directamente” à Universidade Lusófona. É, pois, com a maior esperança que aguardamos a boa decisão dos referidos Ministérios, tanto mais que as palavras de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro deixam entrever o seu empenhamento institucional.

Apesar de todas as dificuldades referidas, sentimos uma grande alegria quando olhamos para os resultados obtidos. E repito: mil duzentos e dois novos postos de trabalho para docentes; trezentos e dois outros novos postos de trabalho; mais de vinte mil portugueses licenciados!

Assim, neste aniversário, os meus primeiros parabéns e felicitações vão para todos quantos deram o seu contributo para que estes resultados tivessem sido alcançados e permitam-me que mencione, em primeiro lugar, os Magníficos Reitores, os Presidentes e Directores das Escolas e dos Institutos, os Presidentes das Associações de Estudantes e de Antigos Alunos, os Administradores e Administradores-Delegados e os Directores Técnicos e Administrativos.

Todavia, todos os colaboradores, desde os indiferenciados aos mais responsáveis, estão de parabéns. A todos felicito. Sem o precioso contributo de cada um deles não teríamos vencido tantos obstáculos, nem alcançado os resultados que estão à vista.

Em segundo lugar, quero agradecer, pessoal e institucionalmente, a presença de todos os Ilustres Convidados, desde os Senhores Embaixadores dos Países Lusófonos e dos outros Países com os quais já temos projectos em cooperação, aos Senhores Deputados, ao Senhor Subdirector-Geral do Ensino Superior, aos Representantes de Instituições que conosco colaboram, em especial, aos Representantes dos Senhores Bastonários da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Advogados e, de modo muito particular, ao Senhor Doutor António de

Almeida Santos, grande Amigo desta Casa e, sem dúvida, uma das personalidades de maior relevo no Mundo Lusófono, e que hoje nos honra com a aceitação do convite para proferir a Oração de Sapiência, momento alto desta cerimónia.

Antes de terminar, indo de encontro ao problema mais candente da actualidade educativa, o "Processo de Bolonha" e suas consequências, impõe-se uma pequena reflexão acerca do papel que aos estabelecimentos de ensino do "Grupo Lusófona" se oferece desempenhar.

Agora que já se encontra publicada a legislação sobre o acesso ao ensino superior para maiores de 23 anos, Decreto-Lei n.º 64/2006 de 21 de Março, e a respeitante à aplicação do "Processo de Bolonha", Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março, e as Normas Técnicas, Despacho n.º 7287-A/2006 de 31 de Março, não resisto a transcrever o que há um ano disse a este respeito, quando celebrámos o sétimo aniversário da Universidade Lusófona: *"Anunciam-se grandes mudanças no ensino superior público e privado, à luz do Processo de Bolonha. Quanto a nós, além da alteração do quadro institucional, nomeadamente, no que à Lei de Bases da Educação diz respeito, dever-se-á abolir o concurso nacional de acesso ao ensino superior, eliminar as provas específicas e pôr fim à mistificação da chamada nota mínima."*

Para substituir aquelas provas de "exclusão", deverá devolver-se às Universidades e aos outros Estabelecimentos de Ensino Superior o poder e o dever de seleccionarem os seus alunos de entre os candidatos que tenham completado o ensino secundário ou equivalente.

Em ordem ao reforço da acção social escolar, a título de complemento da intervenção do Estado no sistema educativo, é indispensável passar o actual limite de acesso a bolsas de estudo para, pelo menos, dois salários mínimos nacionais.

Da revisão do quadro institucional do ensino superior deverá constar a consideração de iguais direitos e deveres para todos os Estabelecimentos de Ensino e respectivos corpos discente e docente, cujo "interesse público" esteja legalmente reconhecido.

O Estado deverá garantir a livre escolha de Estabelecimento de Ensino aos candidatos que queiram ingressar no ensino superior, sendo para isso indispensável que, pelo menos o 1.º Ciclo, seja financiado de igual modo, independentemente dos Estabelecimentos serem públicos ou privados.

A mobilidade dos estudantes deve ser assegurada, nacionalmente, e na União Europeia, pela implementação de ECTS em todos os cursos.

O acesso à Universidade deverá ainda ser promovido pela atribuição de poderes aos Estabelecimentos de ensino

para aceitarem alunos oriundos de competências que tenham adquirido ao longo da vida, que não frequentaram o sistema formal, mas que possuam conhecimentos para ingressar no ensino superior e, até, para lhes serem concedidos créditos para dispensar a determinadas disciplinas.

Sabemos que isto é uma revolução e que esbarra com preconceitos e mentalidades elitistas, que consideram o ensino superior um privilégio a que só alguns devem ter acesso. Trata-se, porém, de "velhos do Restelo" e o futuro não passa por aí!

Finalmente, e ainda quanto ao Processo de Bolonha, e ao medo da organização curricular do ensino superior nele preconizado, parece-me ser da maior importância para Portugal que o Primeiro Ciclo se designe de licenciatura e seja de três anos; que o Segundo Ciclo se designe de mestrado e seja de dois anos; e que o Terceiro Ciclo se designe de doutoramento e seja de três ou quatro anos.

A designação de licenciatura para o Primeiro Ciclo é indiscutível à luz dos valores culturais dominantes e das expectativas que, em termos sociológicos, se tornaram desejadas e exigidas pelos próprios agentes sociais.

Outra designação seria um retrocesso e significaria diminuir o papel social de muitos actores, sem qualquer vantagem para os excluídos, e que até poderia significar uma vingança por parte dos portadores de complexos de inferioridade, mas sem qualquer vantagem ou compensação para a comunidade em geral."

É com a maior alegria que pudemos constatar o acolhimento que a legislação acima citada deu à generalidade das nossas propostas.

Com efeito, sugerimos:

- que o primeiro ciclo do ensino superior conferisse o grau de licenciado - e a Lei consagrou-o;
- que o mesmo ciclo fosse de três anos - e a Lei prevê isso mesmo;
- que o segundo ciclo conferisse o grau de mestre e fosse de dois anos - e é o que a Lei estabelece;
- que o terceiro ciclo conferisse o grau de doutoramento e fosse de três ou quatro anos - e é o que está legislado;
- que fosse revogada a legislação sobre o exame ad hoc para maiores de 25 anos, de modo a incentivar os portugueses adultos a ingressar no ensino superior - e isso aconteceu;

Quanto aos restantes aspectos por nós sugeridos, para que seja possível uma "campanha nacional de educação universitária de adultos", o mais importante que falta alcançar diz respeito à necessária abolição da chamada "nota mínima", os famigerados 9,5 valores, e da legislação sobre os denominados

concursos de acesso e ingresso no ensino superior, bem como uma revisão do Fundo de Acção Social (FAS), no sentido da taxa actual de 1,2 salários mínimos nacionais passar rapidamente para 1,5 e a médio prazo para 2,0 salários mínimos.

Atrevemo-nos também a sugerir que a população adulta seria melhor motivada para ingressar no ensino superior se lhe fosse concedida isenção de IRS enquanto o frequentar. Com efeito, é de grande injustiça que se exija a estes alunos adultos o pagamento de IRS. E, no caso de frequentarem o ensino privado, trata-se mesmo de uma situação bastante lamentável, uma vez que é imprescindível a formação ao longo da vida e somas muito elevadas são dispendidas pelo Estado a apoiar acções de formação que ele próprio fomenta. Seria muito melhor, muito mais rentável, muito mais justo que o Estado apoiasse aqueles alunos que por si livremente decidem obter os conhecimentos científicos e o acesso às tecnologias proporcionados pelo ensino superior. A isenção de IRS seria assim um forte incentivo.

De qualquer modo, apesar destes últimos aspectos ainda por concretizar, o Governo e, em particular, o Senhor Ministro Mariano Gago estão de parabéns e merecem ser vivamente felicitados pelas medidas já tomadas em ordem à concretização do “Processo de Bolonha”.

A Universidade Lusófona espera confiante que novas medidas sejam tomadas e está totalmente pronta e disponível para dar execução às adequações que apresentou a às autorizações dos novos cursos que requereu.

Finalmente, faço um apelo a toda a Academia Lusófona, aos docentes, aos alunos, a todos os colaboradores e amigos, para que se empenhem sem reservas na implementação das reformas preconizadas pelo “Processo de Bolonha” e para que colaborem activamente na “campanha nacional de educação universitária de adultos”, que a legislação sobre maiores de 23 anos veio finalmente permitir.

Muito Obrigado.